

CENAS COTIDIANAS DE MULHERES EMPRESÁRIAS

Maria de Fátima Silva Porto*

Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM

Ao comparar as respostas quanto às relações com filhos e maridos, de 24 mulheres empresárias entrevistadas, percebem-se contradições e ambigüidades. Apesar de se considerarem “mulheres independentes”, a maioria delas (58,3%) ceder ao homem o “papel” de “chefe”. Apesar da luta, do trabalho fora e em casa, a maioria das mulheres entrevistadas vê o homem no “papel” de maior status dentro de uma hierarquia, portanto, mantém-se um modelo ainda conservador. A representação da família é vista pela maioria com o pai no centro, continuando a autoridade paterna, ou seja, o pátrio poder¹.

Dessa forma, dentro da sociedade, dita por muitas “sociedade machista”, o homem tem o papel social de “mando”, de “provedor” da família, ou seja, é o “cabeça” do casal para muitas mulheres.

Ressalta-se que não há homogeneidade nesse aspecto, porque cinco mulheres afirmaram ter um relacionamento igualitário. Uma delas é diferente de todas ao afirmar que, em casa, a decisão maior cabe a ela.

Em relação aos filhos, a maioria tem o apoio e incentivo para o trabalho, mas ao mesmo tempo oito delas disseram ser “cobradas” pelos filhos pela falta de presença, da atenção, nas datas importantes, como formatura e aniversários, no levar e buscar à escola, reuniões de pais, horários. A maior parte do motivo da cobrança se refere à presença em casa.

Observa-se que a mulher não “separa” os serviços do lar, sua função de mãe e geradora, e as atividades fora de casa. Cumpre as duas funções ao mesmo tempo.

* Doutoranda em História Social pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU - Professora do UNIPAM - Centro Universitário de Patos de Minas, nas Faculdades de Filosofia, Ciências Administrativas e Direito. Especialista em História do Brasil, História Moderna e Contemporânea e Sociologia. Autora do livro: DE BATOM E SALTO ALTO: Experiências de Emancipação de Mulheres Empresárias - Patos de Minas - 1980-1990, publicado em maio de 2002, pela ANNABLUME Editora - São Paulo.

¹ “O pátrio poder é exercido preponderantemente pelo marido, quando é ele que impõem sua vontade em caso de divergências sobre questões essenciais da vida e educação dos filhos, como, por exemplo, a escolha da religião ou o consentimento para casar. A expressão pátrio poder é visceralmente ligada às suas origens romanas, porém a evolução do direito e dos costumes foi diminuindo os poderes e aumentando os deveres, tornando a expressão obsoleta. Nos tempos modernos a evolução das legislações também passou a configurar o papel do Estado na proteção das gerações novas. Sílvia Rodrigues esclarece que o pátrio poder é hoje uma obrigação pública, imposta pelo Estado aos pais para que estes zelem pelo futuro de seus filhos. É mais uma função do que um poder. Pela legislação anterior ao Estatuto da Mulher, embora tivesse o marido e a mulher como titulares, o exercício do pátrio poder era sucessivo, isto é, a mulher só era chamada a exercê-lo na falta ou impedimento do marido. O Estatuto conferiu o poder aos cônjuges simultaneamente e permitiu o recurso judicial à mulher em caso de divergência.” (VERUCCI, 1988).

Bruschini observa que o trabalho da mulher tem um aspecto crucial em qualquer análise:

[...] é o da sua posição na divisão social e sexual do trabalho, prioritariamente definida a partir de suas funções biológicas, o que a condiciona, de um lado, à execução de uma série de afazeres indispensáveis para a casa e a família, de outro, a ocupar principalmente posições subalternas na hierarquia produtiva. (1988: 124-5)

Assim, o trabalho da mulher existe em toda parte: nas compras para a comida e preparo desta, arrumação da casa, roupas, organização e administração da casa, na educação e formação dos filhos e várias outras atividades. É a partir desse movimento duplo, de acordo com a autora, que se entende a composição da força de trabalho feminina, seus deslocamentos e reacomodações.

Sobre as relações com os filhos no que se refere às atitudes e aos comportamentos, são mais abertas, mais francas e de amizade em todas as famílias. Não significa que não haja momentos de desavenças, principalmente devido às questões da educação, dos limites de horários, saídas para passeio, namorados(as), más companhias e outros exemplos citados pelas mães.

A maioria das concorda que os filhos de hoje têm mais liberdade para conversar com os pais, de dialogar, de perguntar sobre qualquer assunto. Também revelaram que tentam responder a todas as dúvidas e perguntas dos filhos para uma orientação correta, diferente daquela que seus pais deram, omitindo, inclusive, o próprio diálogo e abertura para tal.

Principalmente, a questão da informação sobre sexo, corpo, sexualidade, prazer. A maioria considera que a mudança nesse ponto foi radical em relação ao que era nas décadas anteriores. Foi um grande avanço, na opinião delas. Umas confessaram conversar com “naturalidade”, não sendo difícil tocar nesse assunto, outras com mais dificuldades, devido ainda a uma certa barreira em sua própria formação. Contudo, a maioria aborda e fala sobre a educação sexual com os filhos.

É unânime a opinião das mulheres em considerar que o relacionamento com os filhos de hoje mudou para um relacionamento liberal, mais aberto, devido a uma educação também mais liberal, bem diferente daquela que receberam de seus próprios pais. Não deixamos de perceber uma certa contradição sobre essa “liberalidade” nos depoimentos das mulheres, citados no item anterior, porque ao mesmo tempo que elas têm como positivo os filhos adquirirem uma independência mais cedo, a quebra de certos preconceitos e tabus, reclamam que há também uma “liberdade excessiva” que as “assusta” no comportamento dos filhos. Como o namoro mais cedo, o “ficar”, o respeito aos pais e a questão dos valores morais.

Sobre o pai, percebe-se que não há um relacionamento autoritário, de imposição, apesar de muitas mulheres afirmarem que dentro de casa o “chefe” é o pai. Esse “chefe” se evidencia na relação nos momentos de decisão, quando a última palavra é a dele. Não se trata do pai autoritário, que não conversa, que não se relaciona, que não é amigo. As outras, então, dividem com os maridos as responsabilidades no controle dos filhos e nas decisões.

Na relação com os maridos, observam-se diferenças e contradições. Não há um “discurso unanime”. Tanto há relacionamentos mais tranquilos, mais acomodados, como há também relacionamentos conflitivos, competitivos e ciúmes quando a mulher se sobressai mais ou ganha mais do que o marido.

Percebem-se também, diferenças nas divisões conjugais: o “segregado” e o “conjunto”. Segundo Bruschini (1990: 181), o segregado é o relacionamento no qual marido e mulher têm “papéis” diferenciados, separados e definidos; o relacionamento conjunto é aquele em que os “papéis” conjugais quase não têm diferenciação nas tarefas, onde as decisões são compartilhadas, tomadas em conjunto.

A maioria das famílias encaixa-se no relacionamento segregado, e a decisão final é relegada ao pai.

Observa-se a presença de uma hierarquia nas famílias, a divisão social e de trabalho entre os cônjuges na estrutura familiar, que ainda se apresenta assimétrica, sendo o “papal” do homem ganhar o sustento da família, ser o “provedor” da casa. De acordo com Velho (1981), a sociedade brasileira apresenta uma hierarquia que tem um “papal” fundamental, na qual cada um deve estar em “seu lugar”. Apesar das transformações pelas quais as relações entre pais e filhos e entre os cônjuges estejam passando, as relações assimétricas ainda persistem, sendo generalidade nas famílias. Mas também não significa que nessa transição não tenha campo livre que faça surgir convívios diferenciados ou provoque a emergência de novos padrões de relacionamento entre cônjuges e filhos.

Devido a essa cultura, a própria transmissão e os valores, independentemente de vontades, ainda persistem e são repassados aos filhos.

Remetemo-nos a Chauí, quando ela nos explica a emergência de idéias e instituições que constituíam o “machismo”. Nesse caminho a autora apresenta várias hipóteses para compreender o acontecimento.

[...] em primeiro lugar, a repetição, no interior do que se passa na sociedade e na política como um todo, isto é, a privatização e pessoalização das formas de autoridade; em segundo lugar, também a reiteração de mecanismo sociopolítico de transformação da assimetria (no caso homem-mulher, pais-filhos, irmão-irmã) em hierarquia, a diferença sendo simbolizada pelo mando e pela obediência; em terceiro lugar, a compensação pela falta de poder real no plano sociopolítico, o machismo funcionando como racionalização, assim como a feminilidade (“atrás de todo grande homem, há sempre uma mulher”), indicando que há um poder ou autoridade femininos que se exercem sob a condição de serem dissimulados e ocultados pela obediência e recato [...] em quarto lugar, porque, uma vez interiorizado, surge na forma da expectativa e da atitude desejada por homens e mulheres (1991: 227-8).

De acordo com a autora, muitos exemplos poderiam ser citados para a percepção dessa interiorização do machismo: crítica e ridicularização às mulheres quando arrumam parceiros mais novos e elogio aos homens pelas parceiras mais novas.

Um fato curioso, a nosso ver, foi o papel de “chefe” da casa ter sido “consentido” por algumas mulheres, apesar de serem independentes. Percebe-se uma grande contradição nesses posicionamentos, porque, ao mesmo tempo que desejam “igualdade”, liberdade e independência, não querem sair da condição de submissão, ou seja, desejam que na divisão social o homem seja o “chefe”.

Um das entrevistadas, para não criar conflito entre ela e o marido, “dá” ao homem o status de chefe. A mulher permite esse lugar “ainda”, porque ela assim o deseja, assim admite. A mesma postura vimos em mais quatro mulheres que ressaltaram, claramente, que a mulher “deve deixar que o homem pense que ele é o chefe” para não acabar com o relacionamento, ou seja, não desejam “alterar” a estrutura.

Há uma exceção no relacionamento segregado, no qual na maioria dos casos cabe ao pai o poder de decisão. Nesse caso, é a mãe que toma as decisões e tem a palavra final.

Em outros casos, quanto ao comportamento do marido em relação ao fato delas trabalharem fora de casa, ou seja, se eles concordaram e/ou concordam, as posições foram pouco diferentes. Apenas quatro responderam que no início tiveram resistência do marido para não trabalharem. Mas, depois de um tempo, eles acabaram aceitando e, hoje, dão apoio e incentivo. As demais, 16 mulheres que se casaram, afirmaram terem tido o apoio, incentivo e aprovação do marido desde o início do trabalho.

Apesar do apoio ao trabalho, duas afirmaram que são cobradas pelo marido no que se refere à presença em casa, horários e atenção aos filhos. É uma posição contraditória, porque, ao mesmo tempo que há apoio, incentivo e orgulho pelo trabalho da mulher, eles cobram sua falta em casa.

Incoerente e única é a situação de uma empresária que teve e tem o apoio total do marido no trabalho, mas é controlada e limitada por ele. É uma ambigüidade porque, ao mesmo tempo que é uma mulher empresária independente nas suas tomadas de decisões dentro do seu trabalho, é “dependente” do marido fora desse espaço, não agindo mais como uma mulher de decisão fora de seu “escritório”. Ela reconhece a situação “contraditória e ambígua” que vive.

Curioso é que o marido não a deixou ser professora, aliás, profissão dada como feminina, porque tinha que sair de casa, era obrigada a ficar fora algumas horas e os filhos poderiam precisar da sua ajuda e do seu atendimento como mãe. No seu escritório, não. Ela poderia sair quando precisasse, atender e ajudar os filhos, ou seja, o escritório é um espaço prolongado da casa. Por isso o marido aceita que ela trabalhe. O escritório, estrategicamente, fica em frente à casa. Todo o trabalho com os clientes é feito por telefone.

A situação é favorável ao homem que, ao permitir que a esposa trabalhe, impõe que ela só poderá fazê-lo e seu espaço, ou seja, do marido, espaço que é também uma extensão da própria casa e de seu poder. Ao perguntar à entrevistada se isso acontecia por ciúme, ela respondeu que o marido diz que não. Mas, colocados todos os pontos e outros — como: ela não viaja sozinha jamais, deve estar sempre acompanhada do marido e/ou filhos —, evidencia-se todo um “arranjo” para um “controle” e vigilância. Situação essa de que a própria entrevistada disse gostar muito; ela diz adotar o trabalho e não se importar com esses “cuidados”.

De 20 mulheres que se casaram, oito revelaram existir esses impasses no relacionamento. Duas afirmaram que, devido ao clima de competitividade, perderam o casamento, sendo que uma delas masculinizou-se. Uma outra colocou a competição e o salário mais alto como um dos fatores da separação.

O fato de se ver vivendo apenas “para fora”, ou seja para o “espaço público”, e referir-se a isso como uma punição, lembra-nos a ideologia, a universalidade e a persistência de uma divisão sexual do trabalho. Conforme Bruschini, os estudos sobre a condição feminina tem avançado no que diz respeito “à percepção das causas do lugar subordinado ocupado pelas mulheres na divisão sexual do trabalho e à necessidade de buscar sua superação na intersecção dos espaços produtivo e reprodutivo” (1990: 107).

Apesar dos avanços nesta área, percebe-se uma cobrança da mulher, uma imposição a ela mesma para dar conta de todo o espaço privado, da “parte da mulher”, como foi citado por uma das mulheres entrevistadas.

Ao se referir à sua “masculinização”, em detrimento de sua “feminilidade”, há hoje também vários debates acerca desse tema enfatizando as “características femininas” como essenciais no mercado de trabalho. Coloca ao mesmo tempo que, para ser profissional, não se pode pensar em “imitar ou achar” que é igual do homem, porque se incorre na “mimetização masculina”. O que aliás, é um perigo, porque seria anular a diferença e continuar na mesma cultura machista, com uma educação sexista².

Num clima de competição, as declarações revelam detalhes na dimensão do poder.

Nota-se a percepção clara da luta dos direitos de igualdade na relação. A situação das entrevistadas se assemelham quando ganham mais do que o marido. Uma delas, inclusive, mesmo ganhando mais, admite que o marido seja o “chefe” para não gerar conflitos.

A diferença é que uma das entrevistadas citou que, pela imaturidade, não percebeu que “tinha de fazer de conta”, “não deu conta de fazer de conta”. Ou seja, evidencia-se também pelo depoimento que a mulher, para ter um bom relacionamento, precisa deixar que o homem pense que

² Cf. Muraro, 1991; Kartchevsky, 1986; Whitaker, 1988.

ele é o “provedor”, o homem da casa. É importante essa “imagem”, essa simbologia, essa representação para o homem perante a sociedade.

Nota-se esse “papal” sendo questionado na hierarquia, a assimetria sendo atacada. Nesse caso, por exemplo, essa “afronta” a essa estrutura hierárquica, tradicional, foi fator de desestruturação entre os cônjuges.

Além desses impasses, outros surgem na sequência dos depoimentos.

A questão da imaturidade foi colocada duas vezes pelas entrevistadas como fator de “não dar conta”, de perceber que o fato de estar “ganhando mais que o marido, sobressaindo-se mais” pudesse ser uma dificuldade para o mesmo. A luta pelo seu espaço apresentava-se tão “natural”, mesmo quando se refere aos “direitos iguais”, que não “se deu conta” de que a não aceitação dessas mudanças é uma constante entre a maioria dos homens e na sociedade, devido à formação e à cultura, que ainda são “machistas”.

Segundo Muraro:

Na imaginação popular, a mulher bem-sucedida é impopular com as mulheres e afugenta os homens e, portanto, tem que sacrificar sua sexualidade se quiser continuar sendo uma boa profissional. Assim, a mulher que trabalha não só tende a ter pouco sucesso como também a sua realização pessoal sofre com isso. A mulher padece dessas duas desvantagens.

Ao contrário, os homens bem-sucedidos tendem a ter muito apoio de suas esposas, em casa, enquanto as mulheres bem-sucedidas sofrem exatamente o contrário: a crítica e muitas vezes o afastamento de seus maridos, enquanto aumenta seu trabalho doméstico (dupla jornada).

Ainda mais: em igualdade de condições, escolhe-se sempre um homem determinado posto; as mulheres têm que ser muito mais competentes e lutar muito mais duramente para serem aceitas (1991 :75-6).

Dessa forma, conforme a autora, a mulher impedia o seu sucesso, a sua capacidade, criatividade, iniciativa, porque a cultura exigia isso. Exigia que ela fosse submissa, que a vontade do outro (homem) prevalecesse sobre a sua. Contudo, com a entrada no mercado de trabalho, ela descobriu que é capaz, que pode ter e satisfazer seus desejos, suas vontades, e o que estava reprimido, escondido, veio e está vindo à tona. Por isso essas teorias estão explodindo. “A mulher começa a criar, não mais como homem e, sim, como mulher” (MURARO, 1991: 77).

Sobre a cultura e costumes, percebe-se incoerências em relação à formação recebida e depois vivenciada. Uma das mulheres disse que não foi educada para ser “dona-de-casa” nem submissa, e sim para ser independente. Mas, dentro do casamento, viu-se “subserviente” como a própria mãe, “pegando” tudo isso, ou seja, a força dos costumes, das tradições, dos hábitos, passados de geração em geração, apresentou-se mais forte, mais arraigada do que a mudança teoricamente considerada. Na prática, ela se viu fazendo tudo que a mãe fazia e que ela não foi educada para fazer.

Apesar dessas contradições consigo mesma, na sua individualidade e na relação com o marido, ela continuou a luta na busca pela vida profissional. Segundo o depoimento, a relação se tornou difícil, houve “machucados” e a separação aconteceu.

Juntamente com o “ganhar mais”, a questão de sobressair é percebida em outros depoimentos. O nome da mulher, ao aparecer mais, também causa conflitos. E ao mesmo tempo uma outra relata como os nomes das mulheres são “escondidos” pelos maridos. Elas trabalham, mas o “nome delas” não aparece.

Muitas mulheres trabalham à frente de várias atividades, mas realmente, no registro das firmas, nas associações e sindicatos, não aparece o “nome” dessas mulheres. Muitas que particularmente conhecemos e de cujo trabalho sabemos, principalmente na área empresarial, não estão com seus nomes registrados nas respectivas firmas que dirigem, trabalham e estão à frente. Nos cadastros usados para essa pesquisa em questão, pode-se verificar tal fato³.

Mesmo muitas mulheres não citando conflito nas relações com os maridos, em muitos depoimentos detectamos relações de poder, de mando, permeando as convivências. No grupo das mulheres que os maridos não apoiaram no início do trabalho, mas depois mudaram de atitude, uma empresária relata a vontade do marido em “anulá-la” no trabalho.

A coerência de certos depoimentos com os demais é reveladora da continuidade do predomínio do “poder masculino”, da vontade masculina. Sua imagem de homem forte, seguro e a questão do nome referem-se à honra e ao respeito que todo homem tem que ter na sociedade, “escondendo” a mulher para que ela não manche sua imagem.

Através da história, a dominação sobre a mulher por meio da dependência econômica e social tem sido a maneira que os homens encontraram para controlar as mulheres, e seus próprios medos. Mantê-las economicamente em desvantagem é a primeira linha de defesa para muitos homens, mesmo na tão decantada sociedade emancipada da atualidade (MARGOLIES e GENEVIE, 1987: 63-4).

No mesmo raciocínio, o medo da inferioridade é defendido pela superioridade econômica e isso, junto com o controle sobre a mulher, são pontos cruciais para a auto-estima masculina.

Observando dois depoimentos das mulheres nos quais os maridos tiveram resistência no início do trabalho, detectamos outros com comportamentos e posições bem diferenciados.

Outra entrevistada faz referências à capacidade da mulher e ao homem achar que ela não é “inteligente”. Mas ela troca a incapacidade ou inteligência por sentimentos de ciúme que, aliás, muitas mulheres já se referiram como existente em muitos maridos, apesar deles não “aceitarem” que seja ciúme. Houve a mudança do marido que, após a mulher ter começado a trabalhar, só

³ Nas listas de cadastro dos associados das associações e entidades, como CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas, ACIPATOS - Associação Comercial e Industrial de Patos de Minas, SINDIVEST - Sindicato da Indústria e Vestuário

“empurra” para que ela trabalhe cada vez mais. Parece que a entrevistada, na verdade, só queria uma “ocupação” para preencher seu vazio, não com tanta responsabilidade. Mas a mudança ocorrida no comportamento do marido a direcionou para o trabalho.

A maioria das mulheres, ou seja, 16 delas, afirmaram ter tido apoio e incentivo do marido. Isso ilustra a coerência desse grupo.

Percebe-se que as relações entre marido/mulher são heterogêneas, são diversas, paradoxais. Ao mesmo tempo que existem tantas discriminações e preconceitos ainda, a maioria das mulheres revelou que tem o apoio e incentivo do marido para o trabalho fora de casa. Não há uma unidade interna, não há harmonia em todos os relacionamentos. Os conflitos existem. O espaço familiar é local de carinho, amor, troca de afeto, amizade, mas também lugar de confrontos, brigas, discussões para mudanças de práticas sociais, de poder, de autoridade.

A família é, portanto, um *locus* que perpetua a tradição, o conservadorismo, o velho, mas é também geradora de mudanças, de espaço livre para as transformações.

Segundo Foucault, o próprio indivíduo, sendo um efeito do poder, é o seu centro de transmissão, e esse poder, que ele mesmo constitui, passa por ele mesmo. Daí,

seria preciso procurar estudar os corpos periféricos e múltiplos, os corpos constituídos como sujeitos pelos efeitos de poder. [...] O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o *alvo inerte ou consentido do poder...* (1979: 183 - grifos nossos).

Nesse sentido, o indivíduo não aceita passivamente o poder ou o discurso desse poder, podendo então modificá-lo na sua prática. Por isso é que nas relações cotidianas, no espaço familiar, surgem as possibilidades de manutenção e/ou transformação desse poder.